

BIÓTOPOS E ESPÉCIES MARINHAS A PROTEGER

por

LUIZ SALDANHA

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa

Em quase todas as regiões do globo a fauna marinha litoral tem sofrido, nos últimos trinta anos, uma tremenda devastação, para a qual contribuíram desmedidamente os caçadores submarinos, os mergulhadores e pescadores pouco escrupulosos, os comerciantes de objectos de história natural, a falta de sensibilidade e cultura de muita gente e, pior ainda, a ignorância, a incompetência e a indiferença (ou interesses encapotados!) das autoridades (ir)responsáveis.

O litoral português não fugiu infelizmente à regra. Muitas praias rochosas onde outrora existia uma fauna e flora bastante ricas foram seriamente afectadas pelo grande número de pessoas que as utilizam, para actividades recreativas, sobretudo durante o verão. É óbvio que o acesso a tais praias dificilmente poderá ser interditado ao público, mas se este fosse devidamente esclarecido aceitaria, certamente, que determinadas zonas fossem respeitadas. Estes esclarecimentos, aliás como todos respeitantes à protecção e conservação da fauna e da flora, devem ser dados sempre que possível através de todos os meios disponíveis, constituindo a televisão um dos mais extraordinariamente adequados. Seria bom que aí os problemas respeitantes à natureza fossem tratados com a frequência e a premência que exigem... ou será preferível continuar a deteriorar ainda mais o nosso já baixo nível cultural e a poluir a língua portuguesa com determinados programas de gosto duvidoso?

Outra acção, sem dúvida de grande importância, será a que deve ser feita a todos os níveis de ensino, a começar na instrução primária.

ria, no sentido de sensibilizar os jovens no domínio da conservação de um património que já é deles e que terão de transmitir às gerações vindouras.

Muitas das praias atrás referidas eram locais onde muitos professores, dos vários graus de ensino, levavam os seus alunos e realizavam aulas práticas no terreno, ministrando assim uma das formas mais vivas de ensino das ciências naturais. As colheitas de material biológico, que aí efectuavam, podiam até certo ponto e se repetidas frequentemente, constituir mais um factor de depredação, mas nada eram comparativamente ao espezinhar, ao destruir, voluntária ou involuntariamente, por parte de milhares de pessoas. Aliás as colheitas efectuadas durante as excursões de estudo devem ser criteriosamente conduzidas, no sentido da conservação de património tão importante.

Na costa da Arrábida, a Pedra da Anixa era um dos locais favoritos para muitas excursões dos docentes e alunos da Faculdade de Ciências de Lisboa, devido aos organismos que aí era possível encontrar e que mais dificilmente se podiam observar e colher noutros pontos da orla litoral. Era uma pequena maravilha como mostruário vivo de um grande número de interessantes animais e vegetais marinhos a que diversos autores aludiram. Muito infelizmente também a Pedra da Anixa sofreu o inexorável assalto dos estivantes e, pior ainda, nos anos que precederam o 25 de Abril era um dos locais da costa onde se efectuavam exercícios militares constituindo um alvo para treino de lançamento de diversas granadas! com toda a espécie de explosões e destruições resultantes. Eu próprio, juntamente com o Dr. Fernando Rebordão, então assistente do Laboratório de Botânica da Faculdade de Ciências de Lisboa, encontrámos na Pedra da Anixa, entre dois rochedos de fácil acesso, uma granada de mão que não tinha explodido! (já sem cavilha por ter sido lançada). Comunicado imediatamente o facto às autoridades... recebemos um telefonema dois dias depois (!) de um tenente que duvidava da identidade do objecto encontrado... infelizmente uma injusta guerra colonial tinha-nos ensinado o que era uma granada de mão e felizmente que nenhuma criança ou adulto a encontrou entretanto.

Subjacentes à zona das marés, encontramos, ao longo da costa portuguesa, fundos rochosos muito ricos em espécies animais e vegetais. Tanto umas como outras não escaparam à fúria destruidora dos mergulhadores pouco escrupulosos. Por um lado através da acção nefasta levada a cabo pelos caçadores submarinos e por outros mergulhadores com escafandro autónomo que não só caçavam com gar-

rafas, como colhiam toda a espécie de animais decorativos ou curiosos e obviamente aqueles cujos sabor mais apreciavam... as lagostas! Há vinte e poucos anos atrás estes animais eram muito abundantes na região de Sesimbra, ao ponto de serem encontrados nas fendas existentes entre os blocos de cimento que formam o molhe do porto de abrigo. Pouco tempo depois começou a sua colheita implacável, vinte, trinta, quarenta lagostas por mergulhador e por mergulho. Hoje só a muitos metros de profundidade — a mais de 30 — as poderemos, em regra, encontrar. Quanto à colheita de algas para o fabrico de agar-agar, poderá não constituir um problema sério, desde que cientificamente estudada e regulamentada. Trata-se de uma fonte importante de capitais que não pode ser desperdiçada.

Para conservar o que ainda existe ao longo da costa portuguesa, quanto a biótopos marinhos e respectivas espécies há necessidade de proteger diversas zonas. A de Sagres e a de Cabo Espichel seriam duas delas. As Berlengas constituem já uma zona reservada. Por outro lado a captura, por qualquer meio, das espécies ameaçadas (mero, p. ex., ver adiante) deverá ser totalmente interdita.

Foi a caça submarina responsável pela rarefação ao longo da costa, de grande número de espécies de peixes. A perseguição indiscriminada destes animais sem ter em conta a espécie ou as dimensões dos exemplares, levaram à criação de um belo deserto submarino. Aos caçadores submarinos que não se cansam de afirmar que a actividade que praticam em nada afecta as espécies perseguidas contarei o que ouvi a um pescador ou caçador submarino moçambicano. Em 1969 encontrava-me com o meu amigo Jorge Albuquerque a efectuar uma série de explorações submarinas nos recifes de coral de Moçambique. Ao largo de António Enes quando nos aprontávamos para mergulhar sobre o recife de coral da ilha de Mafamede encontrámos uma embarcação, movida a remos e à vela, carregada de africanos. Tratava-se de um grupo de caçadores submarinos que colhia os peixes e outras espécies, crustáceos sobretudo, nos recifes de coral da costa e ao largo desta e os vendia no mercado. Cobriam, a remos e à vela, distâncias de muitos quilómetros após o que mergulhavam para caçar, tendo apenas como equipamento uma velha máscara e uma velha espingarda em que os remendos dos elásticos tinham quase substituído a borracha inicial e que projectava um forte arame aguçado na ponta, em guisa de arpão. Sem barbatanas, mergulhavam com facilidade a 10 m de profundidade e mantinham longas apneias. Esses homens não sabiam ler nem escrever, muitos não sabiam mesmo o ano em que tinham nascido mas comentaram-

-nos as consequências da sua actividade piscatória da seguinte maneira: «Quando aqui chegámos há dois anos havia muito peixe, mas hoje já demos cabo de tudo». A frase é bem esclarecedora dos malefícios da caça submarina. Aliás é difícil conceber um desporto cuja finalidade é destruir a vida. A caça submarina, ou terrestre não passa de uma actividade primária reveladora de uma grande falta de sensibilidade e como tal a combater por todos os meios (a realização de uma caçada ao gamo, com arco e flecha, na Tapada de Mafra, ainda há bem pouco tempo constituiu um verdadeiro escândalo! que muito diz da mentalidade dos que nela participaram).

Como já aludimos, diversas espécies de peixes rarciam ou quase desapareceram da costa europeia, incluindo a de Portugal continental, devido aos exageros dos caçadores submarinos.

Uma das espécies nesta situação é o mero (*Epinephelus guaza*), muito estupidamente uma das presas favoritas dos caçadores submarinos. Trata-se de uma espécie sedentária que atinge grandes dimensões e que não foge dos mergulhadores, se estes não forem agressivos. Acaba por vir comer à mão e deixar-se acariciar se tivermos um mínimo de paciência para habituar o animal à nossa presença.

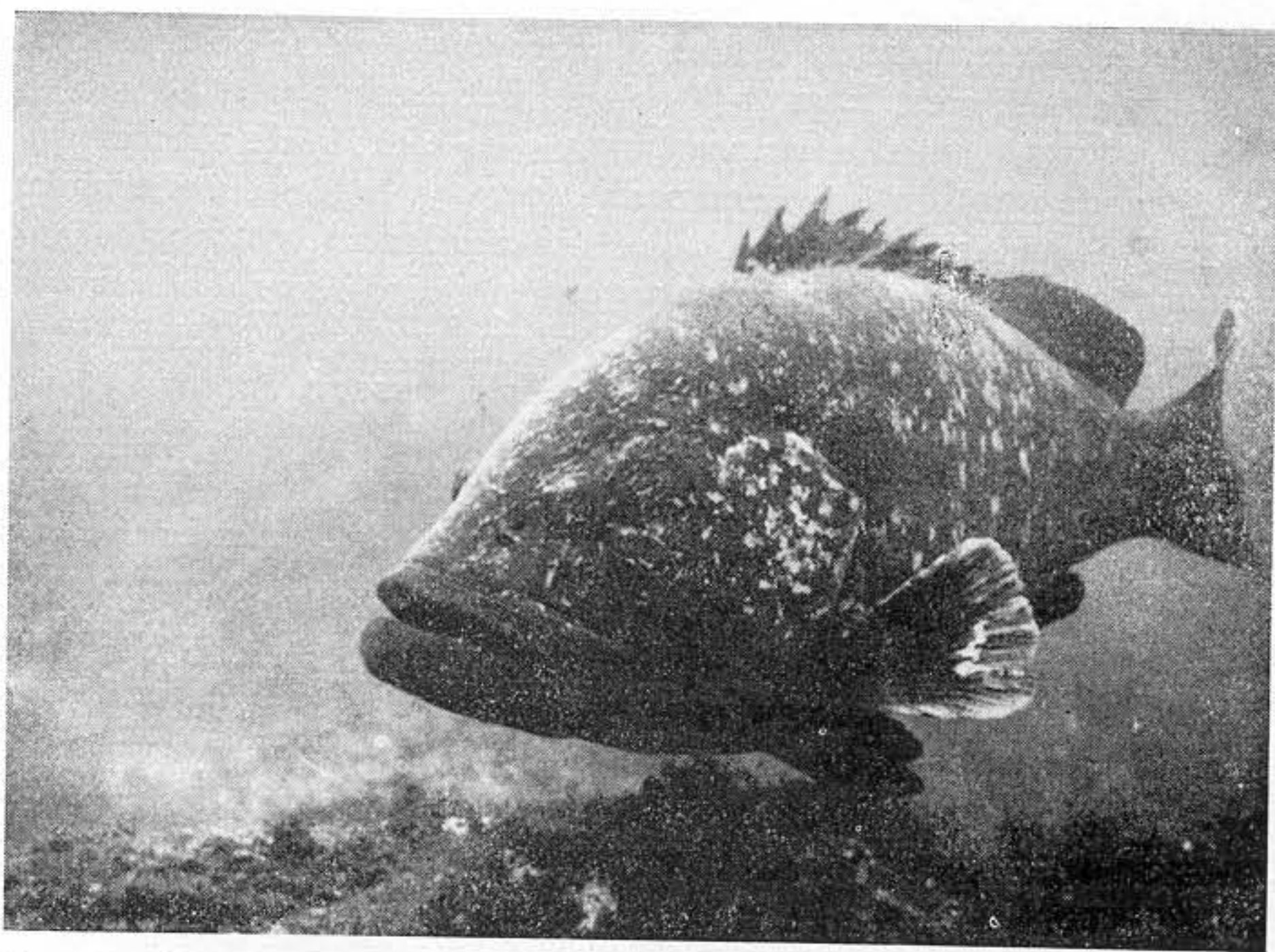


Fig. 1 — O mero (*Epinephelus guaza*), uma espécie ameaçada no continente europeu e ainda abundante nos Açores. Urge protegê-lo! (foto L. Saldanha)

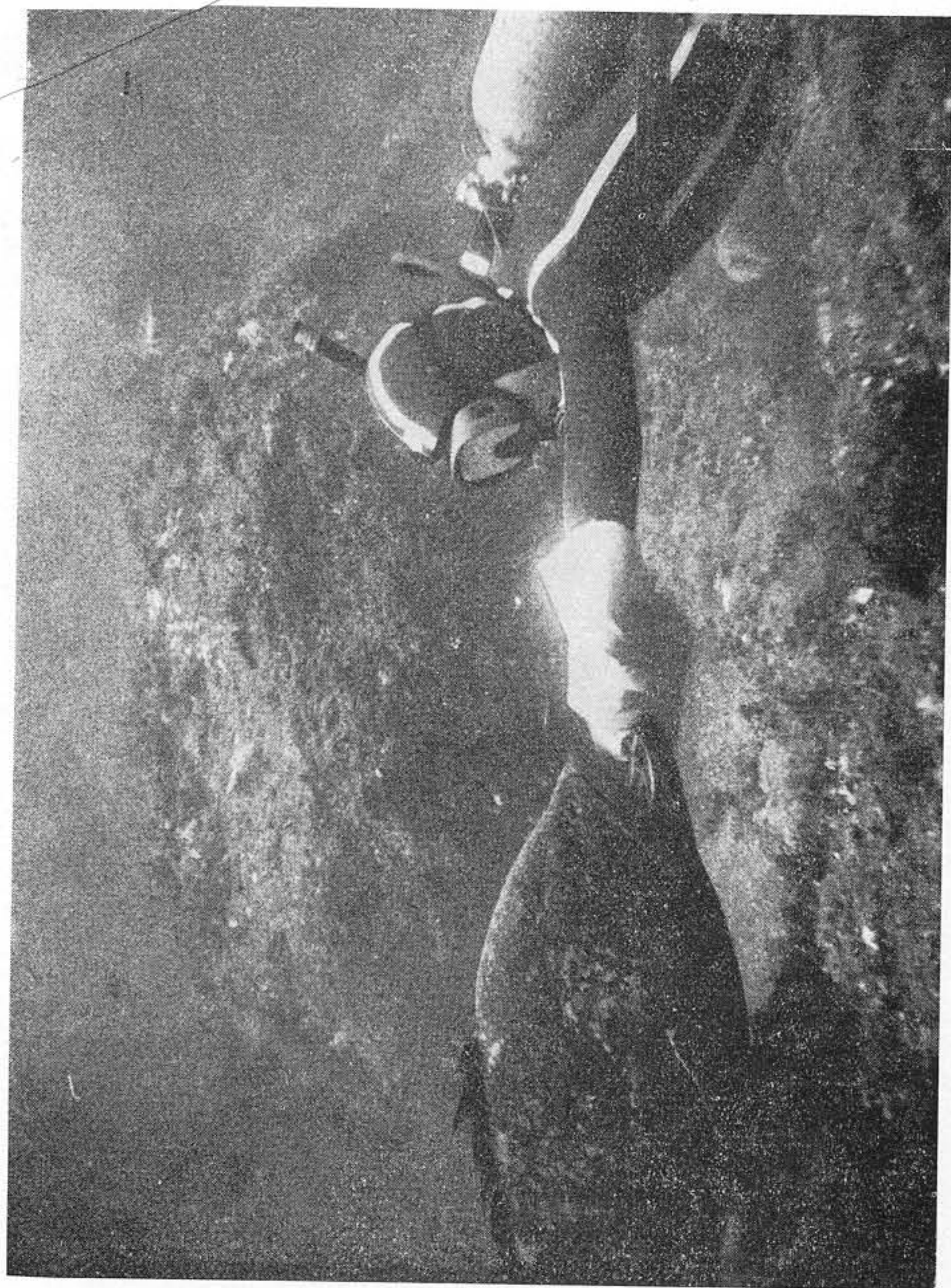


Fig. 2 — Uma cena que não deve desaparecer...! (foto L. Saldanha)

Constitui, assim, um dos espectáculos submarinos mais atraentes nas nossas águas.

Nos Açores os meros ainda são abundantes. Além de *F. guaza* encontramos ainda outra espécie: *Epinephelus alexandrinus*. No entanto, se não se tomarem rapidamente as medidas urgentes que se impõem, veremos, mais uma vez, desaparecer um património de valor estético e biológico inestimável.

Ainda no verão de 1982 fomos testemunhas na Graciosa de mortandades de centenas de quilos de peixe — muitos meros incluídos — por parte de caçadores submarinos estrangeiros... que vendiam o peixe a seguir. Foram muito tardiamente apanhados pelas autoridades. Neste momento está já em vigor uma disposição legal que proíbe a caça de meros, medida, no entanto, muito tímida para assegurar a protecção integral da espécie, uma vez que os pescadores profissionais continuam a capturá-la. É preciso dizer que os Açores constituem, sem dúvida, a nível do Atlântico norte europeu, a região mais rica em populações ictiológicas litorais.

Nas suas águas existem igualmente e ainda em abundância, muitos outros organismos, algas e invertebrados, de grande interesse, nomeadamente do aspecto biogeográfico. Com efeito, nos povoamentos litorais bentónicos, além da componente lusitânica (atlanto-mediterrânica) encontram-se espécies com afinidades afro-tropicais e americanas.

Das espécies de invertebrados marinhos ameaçados no Mediterrâneo vamos encontrar nos Açores o molusco bivalve *Pinna nobilis*, cujas populações são ainda constituídas por número apreciável de indivíduos.

Por estas razões há que desenvolver urgentemente nos Açores toda uma acção conducente à protecção e conservação do meio marinho litoral e seus diferentes biótopos, com a criação de zonas sob protecção. Da experiência colhida ao longo de diversas missões efectuadas desde 1968, os locais que julgo necessário proteger são os seguintes:

São Miguel :	Ponta da Galera
	Féteiras
	Ilhéus dos Mosteiros
	Ilhéu de Vila-Franca
Ilhéus das Formigas	
Faial :	Monte da Guia
	Monte Castelo Branco

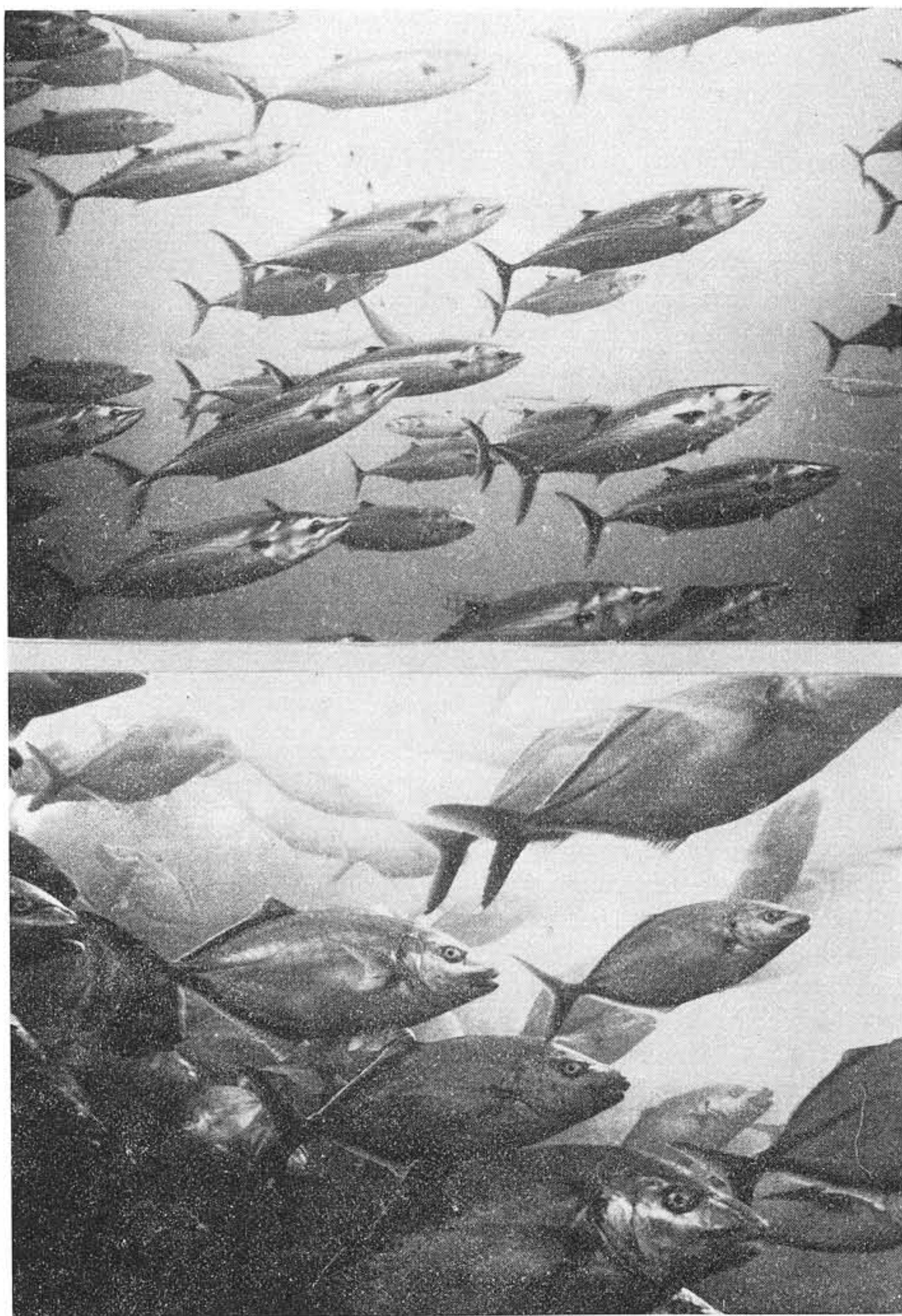


Fig. 3 — Dois aspectos da riqueza ictiológica dos Açores. Em cima um cardume de serras (*Sarda sarda*) e em baixo um cardume de enxaréis (*Caranx dentex*).
(foto L. Saldanha)

S. Jorge	:	toda a ilha
Graciosa	:	toda a ilha
Corvo	:	Ponta dos Rosais

Os locais acima indicados apresentam toda uma série de qualidades justificativas da sua protecção. Além dos aspectos estéticos são muito ricas do aspecto zoológico, botânica, geológico e até arqueológico, como é o caso da Ponta da Galera. Esta, além de apresentar uma fauna e flora muito ricas, com numerosos jovens de muitas espécies (meros por exemplo), possui fundos constituídos por um manto de lava que escorreu de um vulcão costeiro e solidificou em contacto com a água do mar. Esta lava apresenta formas curiosas (pillow lava e outras) com numerosos arcos e grutas de dimensões espectaculares. Sobre este fundo existem âncoras de navios antigos, ainda não identificados.

Como consequência directa da protecção das zonas citadas — com a total interdição de qualquer actividade predadora (com salvaguarda, em determinados casos, dos interesses dos pescadores artesanais locais) — aliada a uma séria regulamentação respeitante à captura das espécies ameaçadas, assegurar-se-ia a protecção e conservação destas últimas.

No arquipélago da Madeira diversas zonas litorais e diversas espécies marinhas merecem também especial atenção.

A Ponta de S. Lourenço com o seu mar circundante é a zona da Madeira que deve ser protegida de modo a preservar um conjunto de biótopos característicos da ilha ⁽¹⁾. Seria também edificante se as autoridades locais não permitissem a formação de lixeiras num local tão belo.

As focas são sem dúvida a espécie que com mais urgência é necessário proteger eficazmente assim como as porções da costa onde vive, nas ilhas Desertas. Impõe-se, neste sentido, uma vigilância activa dos locais onde vivem de modo a impedir o desaparecimento dos poucos exemplares ainda existentes.

As ilhas Selvagens estão já protegidas, mas impõe-se também uma fiscalização activa da zona.

⁽¹⁾ Iniciou-se muito recentemente (Junho-Julho 1984) um movimento para a criação de uma zona protegida no Garajau, o que consideramos de grande interesse. Nesta área os meros são abundantes.

Criar leis e não as fazer cumprir, ou seja, proteger zonas da costa ou espécies e não haver meios de fiscalização, equivale a não tomar medida alguma. Uma vigilância activa, repito, é assim fundamental para o êxito da protecção do meio marinho e as acções necessárias devem ser exigidas.

Tanto a Madeira como os Açores estão a tempo de salvar o seu património natural marinho, que é afinal de todos os portugueses, com todas as consequências positivas que advêm de tal medida. O mesmo poderemos dizer de Portugal continental. Para tal será, no entanto, necessário travar uma dura batalha contra a burocracia e o nepotismo. Terão a competência e a sensibilidade de se sobrepor à cor política dos responsáveis.